

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 950, DE 2020**

*Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).*

### **EMENDA N.**

Dê-se ao art. 1º-A da Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, constante do art. 2º da Medida Provisória nº 950, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 1º-A. No período de 1º de abril a **30 de agosto** de 2020, os descontos de que tratam os incisos I ao IV do caput do art. 1º serão aplicados conforme indicado a seguir:”

### **JUSTIFICATIVA**

O Brasil, da mesma forma que o mundo, vem sendo solapado pela crise de saúde e econômica gerada pela pandemia do coronavírus (Covid-19), forçando ao confinamento e ao isolamento social parcela expressiva de nossa população. Uma das várias consequências dessa limitação à mobilidade será o desemprego e a queda de renda dos trabalhadores, principalmente da parcela menos favorecida da população.

Nesse contexto perturbador, é preciso garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica justamente para aqueles que menos condições terão de continuar a pagar por isso. A Medida Provisória 950/2020 aponta na direção correta de majorar os descontos na Tarifa Social de Energia Elétrica.



No entanto, consideramos necessário ajustar esse período às necessidades concretas dessas famílias, que poderão demandar uma ajuda extraordinária por tempo superior ao inicialmente proposto, de 3 meses. Por esse motivo, propomos, por meio desta Emenda, a alteração do prazo para 5 meses, para adequá-lo ao atual cenário de queda aguda na renda dessas famílias em decorrência da pandemia.

Sala das Comissões,        de abril de 2020.

**Deputado Arnaldo Jardim**  
**CIDADANIA/SP**